



1. Editorial
2. Indústria Agro-Alimentar
Fórum de Alto Nível reúne-se pela 1ª vez
3. Panorama
CE publica Comunicação "A PAC no horizonte 2020"
4. FIPA integra Projecto AFTER

editorial

Pedro Queiroz
Director-geral da FIPA



O acesso aos alimentos tem sido causa das maiores revoluções ao longo da história da Humanidade, desde a passagem ao sedentarismo até à era da industrialização, passando por conflitos políticos, económicos e sociais. Nos dias de hoje, temos vindo a testemunhar profundas modificações na estrutura do mercado, com particular incidência na concentração e internacionalização da produção e na centralização das decisões políticas, que arrastam consigo escassez de matérias-primas e elevada volatilidade de preços. Sabemos que o mundo actual está mais complexo do que nunca e os padrões de consumo estão a mudar de forma acelerada. Nos países desenvolvidos passou-se de uma produção excedentária a um cenário de escassez e de um problema de subnutrição a uma situação de má nutrição. Paralelamente, assiste-se hoje a um desvio dos fluxos de matérias-primas agrícolas, quer para economias emergentes quer para fins não alimentares, que está a provocar novos fenómenos de inquietação e muitas dúvidas quanto à capacidade que a produção, nos modelos actuais, tem para acompanhar a distribuição demográfica e um novo poder de compra. No caso particular da Europa vive-se a necessidade de acesso a matérias-primas, de qualidade e proximidade, que permitam alcançar níveis confortáveis de auto-suficiência. Por outro lado, é fundamental regular o funcionamento de mercados altamente especulativos e reformar as políticas orientadoras, mas também é importante que não se queira ignorar o progresso das novas tecnologias, muito particularmente ao nível da biotecnologia, que se invista na recuperação dos recursos naturais e que se evolua no sentido de métodos de produção mais sustentáveis e da criação de novos valores. Aqueles que produzem, distribuem e consomem devem ser o centro das políticas e sistemas alimentares. A soberania alimentar tem hoje que ir muito mais além da verbalização de um modelo de sociedade, interpretando a realidade não como factor de resistência mas como um estímulo à mudança. É necessário implementar uma política menos agrária e mais agro-alimentar, assente numa estrutura de fileira, com forte ligação às organizações de investigação e desenvolvimento, que contribua para assegurar um abastecimento regular, em condições de estabilidade e de segurança, que corresponda às necessidades específicas em termos de critérios de qualidade e a preços competitivos. Pensar é preciso, mas também é necessário agir. Fica o aviso!



Indústria Agro-Alimentar

Fórum de Alto Nível reúne-se pela 1ª vez

O Fórum de Alto Nível sobre o Melhor Funcionamento da Cadeia Alimentar reuniu-se pela primeira vez no dia 16 de Novembro em Bruxelas. O objectivo desta reunião foi adoptar um plano de trabalho para impulsionar a competitividade e promover melhores práticas contratuais no sector alimentar europeu, ampliando a toda a cadeia de abastecimento o trabalho do anterior Grupo de Alto Nível para a Competitividade da Industria Agro-alimentar. O Vice-presidente Antonio Tajani lidera este exercício junto com os Comissários Michel Barnier (Mercado Interno e Serviços), John Dalli (Saúde e Política de Consumidores) e Dacian Cioloș (Agricultura e Desenvolvimento Rural).

Membros

O Fórum conta com quarenta e cinco membros, que representam principalmente alguns Estados-membros, empresas europeias relacionadas com a produção, a transformação ou a distribuição alimentar, assim como associações profissionais e organizações não governamentais que defendem os interesses dos cidadãos.

Mandato

O mandato do Fórum tem duas vertentes: por um lado, seguirá as recomendações do Grupo de Alto Nível para a Competitividade da Industria Agro-alimentar e, por outro, assegurar-se de que se aplicam as iniciativas propostas pela Comissão Europeia na sua Comunicação «Melhor funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar na Europa tendo como base os debates que estão a ter lugar com as partes interessadas.



Organização

O trabalho do Fórum organiza-se em torno de três eixos: o Fórum de Alto Nível (ministros, conselheiros delegados, presidentes de associações, etc.); o grupo de sherpas, cuja composição reflecte a do Fórum e cuja principal tarefa consistirá em preparar o trabalho deste em estreita colaboração com os serviços da Comissão; e diversas plataformas de peritos (grupos de trabalho), que incluem práticas contratuais B2B na cadeia alimentar, observatório de preços, competitividade da industria agro-alimentar e agro-logística. O mandato do Fórum tem uma duração de dois anos, que finalizará a 31 de Dezembro de 2012 e reunir-se-á uma vez por ano e espera-se que aprove o seu relatório definitivo antes do final de 2012.

Outras informações

O Fórum é resultado da ampliação do mandato do Grupo de Alto Nível para a Competitividade da Industria Agro-alimentar, criado em 2008. Esse grupo reuniu representantes dos Estados-Membros responsáveis pela política de desenvolvimento do sector alimentar, a sociedade civil e associações profissionais, a fim de identificar os principais desafios enfrentados pela indústria alimentar europeia. Os principais resultados do grupo composto por trinta recomendações feitas em 2009 e um roteiro com as principais iniciativas. A industrialização dos alimentos responde por 2% do PIB europeu e 13,5% do total do emprego no setor industrial na UE. Consiste em cerca de 310 mil empresas, algumas das quais são líderes mundiais. Junto com a agricultura e distribuição, oferece aos consumidores uma variedade de produtos seguros e saudáveis que atendam as suas necessidades.

Panorama

CE publica Comunicação “A PAC no horizonte 2020”

A Comissão Europeia publicou hoje a Comunicação intitulada «A PAC no horizonte 2020: Alimentação, recursos naturais e territoriais – responder aos desafios do futuro». A reforma pretende tornar o sector agrícola europeu mais dinâmico e competitivo, além de mais eficaz na resposta à estratégia Europa 2020, que visa estimular um crescimento sustentável, inteligente e inclusivo. O documento delinea três opções de aprofundamento da reforma. Na sequência da discussão destas ideias, a Comissão apresentará propostas legislativas formais em meados de 2011.

No debate público realizado pela Comissão a grande maioria dos contributos identificaram três objectivos principais da política agrícola comum: produção viável de alimentos; uma gestão sustentável dos recursos naturais e acção climática e, por último manter o equilíbrio territorial e a diversidade das zonas rurais.

Comunicação da Comissão

Esta comunicação debruça-se sobre os futuros instrumentos que melhor poderão ajudar a alcançar aqueles objectivos. Em relação aos pagamentos directos, a comunicação aponta a importância da redistribuição, reformulação e focalização do apoio, com base em critérios objectivos e equitativos, facilmente compreensíveis para o contribuinte. Estes critérios devem ser simultaneamente económicos, assinalando o vector dos pagamentos directos relacionado com o «apoio ao rendimento» e ambientais, reflectindo os bens públicos produzidos pelos agricultores, com o apoio mais bem orientado para os agricultores activos. Deve ser organizada uma distribuição mais equitativa dos fundos de modo económica e politicamente viável, com uma transição para evitar perturbações drásticas. Segundo a Comissão Europeia, uma abordagem

possível consistiria num pagamento básico de apoio ao rendimento que poderia ser uniforme por região, mas não a nível da União Europeia (UE), com base em novos critérios e com um limite máximo definido; um pagamento ambiental obrigatório para acções adicionais que ultrapassem as regras básicas da condicionalidade; um pagamento para condicionantes naturais específicas definidas a nível comunitário e complementando montantes pagos através de medidas de desenvolvimento rural; e uma opção de pagamento «não-dissociado» limitado, para actividades agrícolas particularmente sensíveis, esta semelhante à actual opção introduzida no “Exame de Saúde” da PAC.

Opções para o futuro da PAC

A comunicação delinea três opções para a futura direcção da PAC, em resposta a estes grandes desafios: 1) corrigir as deficiências mais prementes da CAP com a introdução de alterações graduais; 2) tornar a CAP mais ecológica, justa, eficiente e eficaz; 3) abandonar progressivamente o apoio ao rendimento e as medidas de mercado e colocar a tónica nos objectivos relativos ao ambiente e às alterações climáticas. Em qualquer das três opções, a Comissão prevê a manutenção do actual sistema de dois pilares, o 1.º Pilar, que abrange os pagamentos directos e as medidas de mercado, em que as regras são claramente definidas a nível da UE, e o 2.º Pilar, que implica medidas plurianuais de desenvolvimento rural, em que o quadro de opções é estabelecido a nível da UE mas a escolha final dos regimes fica ao critério dos Estados-membros ou das regiões mediante gestão conjunta. Um outro elemento comum às três opções é a ideia de que o futuro sistema de pagamentos directos não pode basear-se em períodos de “referência históricos”, devendo antes ser ligado a critérios objectivos. São também necessários critérios mais objectivos para as dotações relativas ao desenvolvimento rural.

BREVES

INOVISA apoia desenvolvimento empresarial

A INOVISA – Associação para a Inovação e o Desenvolvimento Empresarial, aumentou recentemente as suas instalações e tem actualmente espaços disponíveis para alugar a empresas ou start-ups de base tecnológica ou prestadoras de serviços qualificados, afirmando-se como uma incubadora de base científica e tecnológica na sua área de actuação, nomeadamente nas áreas agrícola, alimentar, florestal, biotecnológica e ambiental. A INOVISA apoia o desenvolvimento de projectos empresariais nas áreas de actuação do Instituto Superior de Agronomia, tanto ao nível do arranque da empresa e desenvolvimento do negócio, como na ligação ao Instituto Superior de Agronomia e desenvolvimento de projectos de I&DT e Inovação. Para mais informações: www.inovisa.pt.

FIPA integra Projecto AFTER

No âmbito da participação da FIPA no Consórcio SPES, a Federação participa em mais um projecto denominado AFTER (*African Food Tradition rEvisited by Research*). Este envolve sete países africanos: Benim, Camarões, Egipto, Madagáscar, Senegal, Gana e África do Sul e quatro países da União Europeia: França, Portugal, Itália e Reino Unido.

Conceito

O projecto abrange dez produtos tradicionais que representam três principais categorias de produtos: (*Akpan, Gowe, kenkey, Kishk Sa'eedi*), (*Lanhouin, Kitoza, Kong*) e (*Bissap, Compra, Jaabi*). Através da geração e partilha de conhecimentos em tecnologia de alimentos o AFTER pretende, para cada grupo de produtos, melhorar, desenvolver e criar um produto ou uma tecnologia que representa um interesse comum entre as empresas de alimentos Europeias e Africanas. Por isso, contribui directamente para melhorar a competitividade desses produtos e facilita a sua implementação e aceitação pelas empresas de alimentos e a sua comercialização em ambos os mercados. Para além destes resultados directos, as lições aprendidas e as metodologias para a avaliação de produtos e processos tradicionais serão compartilhadas com outros países dos dois continentes, e também com outros grupos de países (Ásia, Índia, América do Sul), a fim de divulgar os resultados entre a comunidade de investigação de alimentos nos países em desenvolvimento.

Objectivos

O objectivo geral do AFTER é melhorar os produtos tradicionais Africanos à luz das tecnologias combinadas e / ou novos para benefícios para consumidores, empresas e produtores da África e da Europa. O projecto tem quatro objectivos gerais válidos para os dez produtos tradicionais em estudo: **alcançar conhecimento científico abrangente** do know-how em tecnologias, processos e produtos; **propor a melhoria dos processos tradicionais através da reestruturação das unidades** existentes, com o objectivo de melhorar a qualidade nutricional e segurança, mantendo ou melhorando as características organolépticas dos produtos tradicionais; **alcançar critérios objectivos de aceitabilidade dos produtos tradicionais pelos consumidores** e garantir que os produtos podem efectivamente ter acesso aos mercados da União Europeia, tendo em conta as questões de regulamentação e ética ao mesmo tempo, protegendo os direitos intelectuais dos povos na África; **apresentar resultados em ready-to-use pelas empresas alimentares**, incluindo as PME através de orientações sobre gestão da qualidade, legislação alimentar e regulação e defesa do consumidor e transferir os resultados para os parceiros de África e da União Europeia.



agenda

Salão Internacional do Vinho, Pescado e Agro-alimentar

Data: 21 a 23 de Fevereiro de 2011

Local: Lisboa

Organização: Mundiventos

Telefone: 217 957 671

Fax: 217 965 553

E-mail: sisab@sisab.org

5th Annual European Nutrition & Lifestyle Conference

Data: 02 e 03 de Março de 2011

Local: Bruxelas

Organização: Forum Europe

Telefone: + 32 2 5341179

E-mail: amanda.stevens@forum-europe.com

Alimentaria & Horexpo Lisboa

Data: 27 a 30 de Março de 2011

Local: FIL, Lisboa

Organização: AIP

Telefone: 218 921 500

Fax: 218 921 555

E-mail: alimentaria_horexpo@aip.pt

Alimentaria México

Data: 31 de Maio a 02 de Junho de 2011

Local: México D.F. (México)

Organização: Alimentaria

E-mail: alimentaria-mexico@alimentaria.com

XXXIV Congresso Mundial da Vinha e do Vinho

Data: 20 a 27 de Junho de 2011

Local: Porto

Organização: Associação para o Congresso OIV 2011

Telefone: 222 071 600

E-mail: oiv2011@gmail.com